

Falsa crença em soluções “de mercado” para a dívida

Enganaram-se aqueles que julgaram apressadamente, com base nas declarações do presidente do Bank of America, Samuel Armacost, no início da semana passada, que ele expressava um consenso existente entre a comunidade financeira internacional quanto à necessidade de se dar um caráter amplo às negociações entre as nações endividadadas e os seus credores.

Dias depois, aportou no Brasil o “chairman” do Manufacturers Hanover Trust Co., John McGillicuddy, que, em decepçante contraste com as palavras de Armacost, admirou-se com as preocupações brasileiras com negociações futuras apenas um mês após a assinatura do empréstimo-“jumbo” de US\$ 6,5 bilhões. McGillicuddy rechaçou também a possibilidade de uma rebaixa nas taxas de juros, dentro de um processo de reescalonamento de compromissos a mais longo prazo.

O que disse o dirigente do Manufacturers é, com algumas va-

riantes, o que vêm dizendo executivos de bancos internacionais, em encontros reservados que têm mantido, nos últimos meses, com empresários brasileiros. Eles reconhecem, como Armacost, quanto tem sido desgastante o processo de renegociação atualmente adotado, repetido com cada grande devedor pelo menos duas vezes por ano. Mas se recusam a encarar qualquer outra alternativa enquanto não surgir “um fato novo”.

McGillicuddy avançou um pouco mais essa posição ao afirmar que a instituição que dirige apresentou ao governo brasileiro, em Brasília, duas reivindicações básicas: maior liberdade para instalação e atuação no Brasil de bancos estrangeiros e facilidades para que a transferência de recursos ao exterior seja substituída, em grande parte, por investimento de capital.

Pode-se admitir que, em conversações com a comunidade financeira internacional em torno de uma renegociação da dívida

por quinze ou vinte anos, as autoridades brasileiras venham a comprometer-se, no futuro, a autorizar a instalação de alguns bancos estrangeiros no País e permitir maior flexibilidade para a operação dos que aqui já se encontram. Da mesma forma, podem ser instituídos benefícios fiscais mais atraentes para transformação de empréstimos em capital de risco.

Contudo, seria ingênuo pensar que este ou o próximo governo, seja qual for a personalidade que o chefiar, possa aceitar os pleitos formulados por banqueiros como McGillicuddy sem a abertura formal de negociações para o reescalonamento da dívida. O dirigente do Manufacturers afirmou não compreender a “angústia” dos brasileiros quanto a este tema, mas ele certamente não ignora que, sem um acerto externo, o Brasil não poderá voltar a apresentar uma taxa de crescimento compatível com as suas condições sociais. E que só a partir dessa garantia mínima é que concessões poderiam ser feitas ou não.

Ao contrário do que McGillicuddy e outros banqueiros estrangeiros parecem pensar, não existe possibilidade para soluções “de mercado” para a crise externa brasileira, isto é, deixar que as coisas se resolvam por si mesmas, exigindo-se apenas do governo que elimine as restrições existentes ao capital estrangeiro. Isso significaria que o nosso governo perderia o que ainda lhe resta de controle sobre a negociação da dívida externa, abrindo mão de seu maior trunfo, que é justamente a alternativa de poder conduzi-la em termos políticos junto aos governos dos países industrializados.

Alguns banqueiros, como Armacost, vêem essa questão com clareza e preferem que as negociações sejam abertas, em futuro próximo, em um clima de boa vontade. Outros, como McGillicuddy, preferem extrair as vantagens de uma situação de incerteza e só se dispõem a aceitar fatos consumados. O pior é que estes últimos representam a maioria.